

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Política externa e meio ambiente

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES

Nem os surpreendentes acontecimentos do Leste Europeu, que alteram numa imprevisível mudança o curso da história neste final de século, foram suficientes para empanar o interesse que o mundo demonstra, com imenso fascínio, pela Amazônia brasileira. A informação deformada difundida com facilidade no exterior, denegrindo a imagem brasileira, alastrou-se qual furacão numa verdadeira ação predatória contra tudo que havíamos construído ao longo de décadas. É preciso difundir a informação correta. Plantar a consciência de que a preocupação com a proteção ambiental não é apanágio do mundo desenvolvido num modismo que se transformou em onda avassaladora.

Não foi menor o interesse da seleta platéia reunida por dois dias em seminário sobre as preocupações sociais e com o meio ambiente, promovido na cidade de Charleston, na Carolina do Sul, pela organização mundial "Business in the Community", presidida pelo príncipe Charles, da Inglaterra, e com sua presença.

No último dia, respondendo a uma avalanche de questões sobre o tema, na qualidade de representante dos países em desenvolvimento, tivemos oportunidade de informar aos empresários e representantes da comunidade científica do mundo desenvolvido, que a Amazônia brasileira poderia cobrir uma área que parte de Chicago até Los Angeles. E que hoje ela se encontra tão vazia quanto esteve o Oeste americano em 1850. Que seu desenvolvimento é inevitável, mas isso não significa que ele ocorreria com o mesmo descuido pelo meio ambiente que caracterizou a marcha do progresso para o Oeste da América. Felizmente o conhecimento científico avançou bastante desde então.

Hoje nós temos a compreensão de que a expansão da agricultura e da indústria não está livre de custos sociais. Custos que podem ser reduzidos pela via de um planejamento sensato. Através de instrumentos de mercado e das urnas, em eleições, eles podem ser pesados contra os benefícios do crescimento. A economia do desenvolvimento e a proteção ambiental são complexas. As políticas, ainda mais. Onde estão os benefícios da



expansão da agricultura, da mineração e da indústria e onde estão os benefícios da restrição dessas atividades? Ou a sociedade deveria ganhar graus de melhor qualidade de vida pela via do processo político puro?

Hoje nós entendemos também que no Brasil não há recursos financeiros para se criar uma política vigorosa de proteção ambiental.

Todos sabemos que o governo não está em condições de pagar fazendeiros para preservar suas terras sem cultivo, mineiros para manter as minas intactas ou industriais para zerar a produção. A realidade econômica e o processo político democrático brasileiros são nitidamente a favor do crescimento. Ainda assim, diante desse anseio, mais e mais brasileiros desejam que o governo imponha alguma restrição ao desenvolvimento a curto prazo, no interesse dos benefícios ambientais que advirão a longo prazo. Há o comprometimento do presidente eleito, Fernando Collor, com o meio ambiente do país.

A regulamentação das atividades produtivas na Amazônia brasileira é uma questão a ser decidida exclusivamente pelos brasileiros. O que não implica alijar a participação dos estrangeiros, pois o conhecimento científico é internacional, sem fronteiras, como o mundo moderno. Quando os brasileiros pesam custos e benefícios do desenvol-

vimento, precisamos fazê-lo estribados nas melhores informações disponíveis, na avaliação da melhor tecnologia moderna.

O propósito de reintegrar o Brasil no mundo industrializado pela via da maior extroversão econômica vai exigir, pelo que pudemos sentir nas questões levantadas no seminário referido, ações de claras explicações sobre nossa política ambiental. O assunto é parte inseparável do atual retrato do país emoldurado no exterior por informações distorcidas.

O processo democrático, no Brasil como em qualquer lugar, é ruidoso, pegajoso, turbulento e imprevisível. Mas se há uma forma melhor de tomar decisões políticas, o mundo ainda precisa encontrá-la.

Estou convencido, pessoalmente, e acredito que devemos confiar na democracia brasileira para, através dela, encontrar um caminho para a tarefa do desenvolvimento que seja o mais justo para as gerações futuras. E sem que isso signifique para o meio ambiente tudo isso que está sendo feito de danoso no mundo industrializado, que reconhece sua parcela de culpa. Que não é pequena.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES, 50, economista, é presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e da Cia. Industrial de Polipropileno. Foi ministro da Indústria e do Comércio (governo Médici).